

## **Luciana Conceição Lima**

Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## **Ricardo Ojima**

Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## **Vittorio Talone**

Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## **Título**

Violência Letal no Semiárido setentrional: dinâmicas sociodemográficas e territoriais de Homicídios no Rio Grande do Norte (2011-2022)

## **Resumo simples**

Este trabalho tem como foco a análise dos fatores sociodemográficos relacionados à violência na parcela do semiárido setentrional localizada no Rio Grande do Norte. Volta-se para uma análise dos homicídios intencionais, cujos números cresceram de forma expressiva a partir da década de 2010, no contexto de ruptura entre facções criminosas hegemônicas e a emergência de grupos locais que passaram a disputar o controle de territórios. Tratou-se de um processo de expansão da violência urbana – como latrocínios, homicídios e uso crescente de armas de fogo – para municípios do interior do estado, como Mossoró, Caicó e Currais Novos, e que precisa ainda ser mais bem compreendido. Com base em um banco de dados construído para aprofundar a compreensão desse fenômeno, realizamos uma análise sociodemográfica dos homicídios registrados entre 2011 e 2022, comparando a região do Semiárido com a Região Metropolitana de Natal. Além disso, buscamos compreender as mortes por intervenção policial, analisando o perfil das vítimas e elaborando uma tipologia das dinâmicas situacionais em que ocorrem. Trata-se de um esforço analítico voltado a entender os padrões de vitimização e letalidade violenta, contribuindo para o delineamento de ações que possam mitigar os problemas identificados.

## **Resumo expandido**

Este trabalho tem como objetivo analisar os fatores sociodemográficos associados à violência letal, especialmente no contexto da violência urbana, na parcela do semiárido setentrional localizada no Rio Grande do Norte – abrangendo 148 municípios. O foco recai sobre os homicídios intencionais registrados entre 2011 e 2022, buscando compreender a dinâmica de vitimização no interior do estado, em contraste com a Região Metropolitana de Natal, além de aprofundar a análise sobre as mortes causadas por intervenção policial.

Abordamos aqui tanto a *violência* em sentido amplo (Michaud, 1999) quanto a criminalidade brasileira e a “violência urbana” (Misse, 2006; 2022). Nossa análise cobre

o contexto de expansão das facções criminosas no país nas últimas décadas e de racha de “organizações criminais” (Adorno, 2019), especialmente o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), cuja disputa por rotas nacionais e internacionais de tráfico de drogas e armas gerou efeitos concretos em vários estados brasileiros, incluindo o Rio Grande do Norte. Não à toa, um dos episódios emblemáticos dessa dinâmica se deu justamente com rebeliões em presídios, como na Penitenciária Estadual Dr. Francisco Nogueira Fernandes (Penitenciária de Alcaçuz) no Rio Grande do Norte, que resultaram em dezenas de mortes. Esses eventos evidenciam uma intensificação da violência local que altera o panorama de homicídios em diferentes territórios nacionais (GENI, 2022; Manso; Dias, 2018).

Nesse diapasão, o conceito de Condutas Violentas Letais Intencionais (CVLI) ganha centralidade. O termo agrega homicídios dolosos, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte, entre outras causas violentas, permitindo uma sistematização mais precisa das mortes violentas (FBSP, 2020). No caso específico do Rio Grande do Norte, a partir de meados da década de 2010, observa-se uma escalada significativa nos índices de CVLI, associada tanto ao racha entre facções nacionais quanto ao fortalecimento de grupos locais que passaram a disputar mercados ilícitos e territórios, especialmente no interior do estado (Freitas, 2021). Isso se reflete na interiorização da violência urbana, anteriormente concentrada nas capitais e regiões metropolitanas, atingindo municípios do semiárido potiguar, como Mossoró, Caicó e Currais Novos.

Para aprimorar o monitoramento e a análise desse fenômeno, foi criado, em 2012, o Observatório da Violência do Rio Grande do Norte (OBVIO), que organiza dados provenientes de múltiplas fontes – como ITEP, DATASUS, Segurança Pública, Ministério Público e imprensa – por meio da metodologia Metadados, que permite a consolidação e qualificação dos registros. A base cobre o período de 2011 a 2022 e apresenta 18.288 registros, com 24 variáveis que incluem dados sobre data, local, meio empregado na morte, macrocausas, além de informações sociodemográficas como sexo, idade, raça/cor, escolaridade e renda das vítimas (OBVIUM, 2020).

Partindo desta base, propomos evidenciar como, na última década, houve uma mudança nos padrões de violência letal do semiárido potiguar, reproduzindo dinâmicas características da violência urbana das capitais, como o uso predominante de armas de fogo, homicídios relacionados a disputas territoriais, e mortes em espaços públicos, como ruas e praças – para tal, faremos uma análise mais fina de comparação com a Região Metropolitana de Natal. Este se trata de um núcleo populacional de relevo no estado e que apresenta características marcantes relacionadas à “violência” em comparação com as demais regiões do Estado.

Analisaremos o perfil predominante das vítimas de CVLI no estado, reverberando com a característica nacional composta por homens jovens, de cor parda ou negra, moradores de áreas periféricas, com baixa escolaridade e renda igual ou inferior a um salário-mínimo. O intuito é identificar a presença desta dinâmica de vitimização racializada e atravessada por desigualdades socioespaciais, ou seja, a de uma juventude pobre e negra como principal grupo afetado pela letalidade violenta também nos territórios em análise.

Ao mesmo tempo, a pesquisa dedica atenção especial às mortes causadas por *intervenção policial*, uma dimensão central no debate sobre segurança pública, controle do uso da força e manutenção dos preceitos democráticos (Zanetic et al, 2016). Se, como lembra Bittner (2017), a polícia é a instituição responsável pela “distribuição da força coercitiva”, sua atuação deve ser objeto de escrutínio constante, especialmente em contextos em que a letalidade policial se apresenta como instrumento de gestão dos conflitos urbanos e, não raro, de reprodução das desigualdades raciais e sociais (Muniz; Paes-Machado, 2010).

O mapeamento dessas mortes, considerando variáveis como local, horário, contexto situacional, perfil da vítima e dinâmica do evento, permite compreender padrões de atuação das forças de segurança e eventuais práticas de uso da força. A *accountability* das ações policiais não é apenas um princípio da boa gestão pública, mas um elemento indispensável para a preservação do estado democrático de direito, sobretudo em territórios marcados por desigualdades estruturais e altas taxas de letalidade. Ademais, é necessário compreender como os fatores estruturais, como desigualdade socioespacial e pobreza impactam diretamente na dinâmica da violência no semiárido potiguar e na forma de atuação policial. Este esforço se justifica por ser necessária uma melhor compreensão das características sociodemográficas da vitimização letal para entendermos os graus de vulnerabilidade e os desafios na capacidade íntima e coletiva de enfrentamento de crises – contextuais, como as causadas pela pandemia, e aquela ligadas a fatores de risco perenes e/ou longo prazo (Ojima, 2013).

Diante desse quadro, a análise sociodemográfica dos homicídios é uma ferramenta fundamental para subsidiar políticas públicas mais efetivas de prevenção à violência. Ao compreender os padrões de vitimização e as dinâmicas situacionais que produzem mortes violentas, abre-se caminho para a projeção de intervenções que integrem ações de desenvolvimento social, acesso à justiça e redução das desigualdades.

Portanto, o trabalho buscará oferecer uma leitura aprofundada dos homicídios e da letalidade violenta no Rio Grande do Norte, com ênfase na região do semiárido

setentrional, iluminando os vínculos entre perfis sociodemográficos, desigualdade social, atuação do Estado e processos de vitimização. Trata-se de uma contribuição que visa não apenas qualificar o debate acadêmico, mas também fornecer subsídios concretos para a formulação de políticas públicas orientadas pela centralidade dos direitos humanos, da justiça social e da redução da letalidade violenta no território sob escrutínio.

## Referências

ADORNO, S. "Fluxo de operações do crime organizado: questões conceituais e metodológicas". *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 7, n. 17, p. 33-54, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2023.

FREITAS, Pedro Henrique. 2021. *Violência no município de Natal/RN em 2019 e 2020: Uma abordagem espacial e demográfica sobre as mortes violentas com foco nos efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Demografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

GENI; Instituto Fogo Cruzado. *Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. 2022.

IPEA. *Atlas Da Violência*, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 14 abr. 2025.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2018.

MICHAUD, Y. *A Violência*. São Paulo: Atica, 1989.

MISSE, M. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2006.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022[1999].

OBVIUM. *Condutas Violentas Letais e Intencionais 2015-2019*. Ano 4, Edição especial n.15: Natal. 2020.

OJIMA, R. "Urbanização, dinâmica migratória e sustentabilidade no semiárido nordestino: o papel das cidades no processo de adaptação ambiental". *Cad. Metrop.*, v. 15, n. 29, pp. 35-54, 2013.

ZANETIC, André et al. "Legitimidade da polícia. Segurança pública para além da dissuasão". *Civitas*, v. 16, n. 4, pp. 148-173, 2016.